

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 05 de abril de 2002

Ano 4 Nº 91

SC Portos gera dúvidas entre sindicalistas

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

A Comissão de Transportes, presidida pelo deputado Jaime Duarte (PPS), participou nessa segunda-feira (1º) de uma audiência pública para debater o projeto de lei do Executivo que autoriza a constituição de uma empresa de economia mista, a *SC Portos*.

Além dos sindicalistas, participaram da reunião o administrador do porto, Marcelo Salles, o prefeito do município, Ferreira Oliveira, o presidente da Câmara de Vereadores, Luiz Roberto Oliveira, e o deputado Volnei Morastoni (PT).

Salles explicou que o objetivo do projeto é fazer com que o porto seja mais ágil, apesar da movimentação de 4,7 milhões de toneladas em 2001. “Queremos transformar o porto de São Francisco em uma empresa de capital misto, no qual o Estado deteria 51% e as empresas privadas 49%. Com isso, obras que se fazem necessárias para a melhoria do local poderão ser feitas, pois



Porto de São Francisco do Sul

o investimento seria muito alto para o governo arcar sozinho”.

Os sindicalistas reclamaram que o projeto não foi explanado com antecedência

para a categoria, o que levantou inúmeras dúvidas durante a reunião. Para o representante do Sindicato dos Estivadores, Álvaro José de Souza, os trabalhadores também querem que o porto se modernize, porém desejam uma participação na nova empresa. “Para que o projeto seja justo, uma emenda deverá ser criada para que os trabalhadores detenham 33% das ações, 33% para o capital externo e o resto com o governo”.

Duarte mostrou-se preocupado com o fato dos trabalhadores não terem noção do projeto. “Isso só deixa claro a importância de fazermos outras reuniões aqui em São Francisco do Sul para que os trabalhadores fiquem a par de

tudo o que ocorre a respeito do projeto”. Ele anunciou que vai pedir levantamento do patrimônio do porto.

Ferreira Oliveira disse que a prefeitura estudará uma maneira de deter uma porcentagem da *SC Portos*, já que 70% da economia do município depende das atividades portuárias.

Morastoni defendeu a inovação do porto desde que os trabalhadores tenham garantias concretas de manutenção do emprego, caso 49% das ações sejam postas à venda.

Aprovada reposição salarial para servidores públicos

Os deputados aprovaram projeto, de origem governamental, que dispõe sobre a reposição das perdas salariais dos servidores de 1º de julho de 2001 a 30 de abril deste ano. O percentual será definido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado no período. De junho do ano passado até 28 de fevereiro deste ano o INPC ficou em 6,88%. A expectativa do Executivo é de que, no total, o índice fique entre 7% e 8%. A proposta prevê que os percentuais sejam pagos em até oito parcelas, dependendo do comportamento da receita do Estado. Três emendas foram acrescentadas ao projeto, sendo uma redacional. O deputado Onofre Agostini (PFL) propôs que o reajuste seja extensivo aos poderes Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas, Udesc e Procuradoria de Justiça do Estado. A emenda do líder do PMDB, João Henrique Blasi, propõe que os poderes e as instituições que gozam de autonomia orçamentária e financeira terão liberdade para implementar o reajuste salarial de acordo com as suas possibilidades.

Com a medida, Blasi quer efetivar o princípio constitucional de autonomia dos poderes e, ao mesmo tempo, evitar a recente polêmica, suscitada pelo Executivo, de reajustes diferenciados praticados por alguns poderes.

CPIs dos Contratos do Governo e do Roubo de Cargas

Página 4

Dia Mundial da Saúde

Página 8

OPINIÃO

O fim dos “pardais”



A Assembléia Legislativa votou no final de março, pela segunda vez, o nosso projeto de lei que regula a contratação pelo Estado de controladores de velocidade para as rodovias, substituindo - em locais de comprovada periculosidade - “pardais” por lombadas eletrônicas.

Trabalhando junto com a população, que desde início apoiou a medida, os deputados deram respaldo a uma manifestação legítima da sociedade e votaram com o parecer do relator na Comissão de Justiça, rejeitando veto

ao projeto acusado de inconstitucionalidade.

Ao assim proceder, entenderam que o texto não legisla sobre trânsito, mas regula a contratação de equipamentos de controle, priorizando o uso de lombadas eletrônicas visíveis, preventivas, educativas, em lugar de “pardais caça-níqueis”, escondidos como armadilhas.

Ninguém é contra a fiscalização bem feita. Nem poderia ser. A nova lei é apenas contra “pardais” mal colocados, sem a devida sinalização, escondidos atrás de postes ou árvores, com a função de arrecadar um

grande volume de recursos para os órgãos encarregados do trânsito.

Os “pardais” arrecadaram em multas, nos anos de 1999 e 2000, cerca de R\$ 30 milhões para os cofres dos órgãos de trânsito e as empresas operadoras de radares. Arrecadaram igual valor no ano de 2001 e a previsão era de que arrecadassem algo em torno de R\$ 56 milhões este ano.

Essa foi uma vitória do cidadão, que mostra o quanto não se despreza no parlamento o eco das ruas. Está pronta mas não acabada, uma vez que devemos seguir atentos. A luta continua, porque organismos que sempre se beneficiaram com as altas quantias das multas tendem recorrer à Abin.

Cabe, por isso, lembrar aqui uma recente decisão do Tribunal de Contas de São Paulo, que considerou ilegal vincular a remuneração das empresas operadoras de radares ao valor das multas pagas por motoristas. Um balde de água fria sobre órgãos contratantes do Estado e empresas beneficiárias da “indústria das multas”.

Deputado Paulo Bornhausen (PFL)
paulinho@alesc.sc.gov.br

Não queremos uma terra sem lei



Santa Catarina é constantemente citado como um Estado modelo, com grande equilíbrio econômico garantido pela diversificação das atividades. Sua gente loura e de risinhos olhos azuis ocupa os cartazes das campanhas turísticas e contribui para a imagem salutar que se forma em torno deste Estado.

Mas, praga das pragas, de vez em quando alguém cisma de levantar o tapete. E o que se vê lá debaixo não é nada agradável. Santa Catarina, em que pese todo o esforço das guardas policiais, é posição importante no mapa da bandidagem profissional. Percebam que não

estou me referindo à violência urbana comum, resultado da imensa distorção social que vivemos. Refiro-me aos que tiram proveito deste desequilíbrio e arregimentam “soldados” para o crime organizado.

Se é exagero o que afirmo, o que dizer então das recentes manchetes dos jornais que diziam estar em Santa Catarina um esquema do temido Cartel de Cali, da Colômbia, que efetivava aqui negócios para a lavagem de dinheiro do tráfico de drogas? E não precisamos ir tão longe.

A Assembléia Legislativa, através de CPI, tentou desarticular a engrenagem do narcotráfico no Estado. Sem êxito. Tentou desbaratar o esquema da sonegação e, apesar de algumas vitórias consistentes, não foi possível acabar definitivamente com a sangria aos cofres públicos e punir os culpados. Agora, mais uma ponta do tapete será levantada.

A CPI do Roubo de Cargas e do Desmanche de Veículos vai tentar elucidar mistérios que se escondem tanto em oficinas mecânicas de fundo de quintal, quanto em bem montadas lojas de peças, escritórios de seguradoras e até mesmo em gabinetes oficiais. E por isso mesmo é um grande vespeiro.

A bancada do PT na Assembléia designou o meu nome para a sub-relatoria dessa CPI para a questão do desmanche. Alguns podem questionar porque eu aceitei este envolvimento que, além de muito trabalho, vem carregado de uma boa dose de riscos. Aceitei por acreditar que o nosso Estado não pode virar uma terra sem lei e que em algum momento - Deus queira que seja agora - nós teremos que pôr um fim aos esqueminhas e maracutaias que respingam a cada dia em você, cidadão, na forma de um carro roubado, de uma carga desaparecida, de um filho envolvido com o tráfico ou de recursos públicos desviados.

O PT, sendo vitorioso nas próximas eleições, vai ter plenas condições de minorar o desequilíbrio social que assola o País e o Estado. E isso, ainda que demore mais do que estamos prontos para esperar, vai corrigir a violência urbana, trazendo as estatísticas para níveis mais razoáveis. Mas o combate ao crime organizado, contra os homens de terno, gravata, pastinhas pretas e telefones celulares que circulam livremente nos corredores do poder, só se dará com uma investigação séria e corajosa, mas principalmente com a força da sociedade civil organizada.

Deputado José Paulo Serafim (PT)
serafim@alesc.sc.gov.br

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
 1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)
 1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)
 2º Secretário: Odete de Jesus (PL)
 3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
 4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
 imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretor em exercício: Samir Machado
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos
 Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Revisão: Rubens Vargas
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira, Alberto Neves e Carlos Kilian

Distribuição: Setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

ESPECIAL

Araranguá é a atração da semana no Projeto Retratos de SC

A apresentação da Associação Coral de Araranguá, regida pelo maestro Tomaz Abatti, acompanhada do Coral Mãos em Canto, da maestrina Márcia Rosso, formado por deficientes auditivos, emocionou o público presente à abertura da exposição do município localizado no extremo-sul catarinense, nessa terça-feira (2), às 19 horas.

A 33ª edição do Projeto Retratos de Santa Catarina, idealizado pelo presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), foi realizada na véspera das comemorações dos 122 anos de emancipação política de Araranguá. Além de Onofre e das autoridades e habitantes daquela cidade, prestigiaram o evento os deputados Manoel Mota (PMDB), Julio Garcia (PFL), Ronaldo Benedet (PMDB), Jorginho Mello (PSDB), Sandro Tarzan (PPB), Clésio Salvaro (PFL), Valmir Comin (PPB) e Joares Ponticelli (PPB).

O prefeito Primo Menegalli (PSDB)



Mota, Agostini, prefeito e pimeira-dama

enalteceu a cultura, a tradição, o potencial turístico e industrial, informando que, a partir de 1996, Araranguá teve um crescimento de 62% no número de estabelecimentos comerciais, empresas prestadores de serviços e indústrias. Enfatizou que o município é reconhecido pelas autoridades federais como modelo na merenda escolar, um dos 70 melhores do país na área de saúde e o 4º em relação à Lei de

Responsabilidade Fiscal.

Manoel Mota, ex-prefeito da cidade, fez um breve histórico de sua terra natal e disse estar orgulhoso de receber o povo araranguaense na Assembléia. Qualificou o Morro dos Conventos como o mais belo balneário do Estado e citou a força do comércio e a alta produtividade do arroz como exemplos do desenvolvimento.

Ao se manifestar emocionado pela apresentação

dos deficientes auditivos, Agostini parabenizou a professora Márcia e o professor Herlon Mota pela dedicação e carinho com que comandam o Coral Mãos em Canto. "A riqueza e os talentos de cada município que se apresentou no Projeto Retratos de SC mostra que nós somos os melhores do país em muitos aspectos da economia", completou o presidente da Casa.

Reforma Constitucional em debate na TV AL

Os deputados Ronaldo Benedet (PMDB) e Jaime Duarte (PPS), a promotora de Justiça Márcia Arendt e o representante da OAB, Márcio Vicari, foram os convidados do segundo debate promovido pela TV Assembléia, na noite de quarta-feira (3) com o tema *Reforma Constitucional: Necessária ou não?*.



Transmitido ao vivo para todo o Estado, os telespectadores puderam participar da discussão através do telefone e da Internet, formulando perguntas aos debatedores. A equipe de reportagem também gravou depoimentos com senadores e deputados federais eleitos por

Santa Catarina, que manifestaram suas opiniões sobre o assunto.

Promulgada em 1988, a Constituição já sofreu 35 emendas e há divergências de opinião sobre uma reforma completa, o que alteraria profundamente seu conteúdo. Questões como reforma política e reforma tributária estão entre as mais polêmicas.

De maneira geral os participantes mostraram-se contrários à proposta, pois alteraria a constituição dos estados. Benedet qualifica a carta magna como a mais moderna e democrática da história do Brasil. "Sou contra mudar o que foi elaborado por um grupo de representantes do povo brasileiro contra anos de opressão. O que precisamos é aplicar as leis nela contidas, respeitando valores e princípios". A mesma opinião foi manifestada por Duarte, que alertou para a necessidade da democracia social que passa pela reforma tributária. "As amarras sociais como o desemprego e o modelo de Estado pesado impedem que a reforma saia agora".

Vicari frisou que existem questões a serem preservadas, como aquelas que garantem os direitos individuais e sociais. Falou que ajustes são necessários, desde que os compromissos com os cidadãos sejam respeitados.

Já a promotora Márcia ponderou que a discussão sobre reforma constitucional é um tema sempre atual. "A Constituição é e deve ser uma carta de princípios que garantam os direitos individuais, protegendo as pessoas dos abusos do Estado."

Sobre possíveis mudanças, ela pensa que podem ser feitas nas 35 emendas já incluídas no texto em vigor, passando antes por ampla discussão nos estados e nos municípios.

O próximo debate, marcado para o dia 17 de abril, às 21 horas, enfocará a questão indígena. Como debatedores foram convidados a professora Esther Langdon, da UFSC, Fernando Dantas, do Cesusc, e a dirigente brasileira no Conselho da ONU contra a Discriminação e o Racismo, Azelene Kring Inácio — índia de uma tribo em Santa Catarina.

COMISSÕES

CPI considera argumentos do secretário suficientes

(foto Carlos Kilian)

Depois de duas horas de explicações feitas pelo secretário da Saúde, João José Cândido, o presidente da CPI dos Contratos, deputado João Henrique Blasi (PMDB), afirmou nessa quarta-feira (3) que a questão dos contratos temporários na área da saúde está resolvida. "Talvez ainda venhamos a ouvir o conselho de entidades médicas do Estado, mas a princípio estamos satisfeitos".

No total, conforme relatou Cândido, foram onze as leis, a partir de 1993, responsáveis por um total de 1.880 funcionários contratados de forma temporária e pela CLT. A maior parte tratava da prorrogação dos contratos, já que os concursos públicos, também previstos nas leis, não foram realizados. O único concurso realizado nestes nove anos aconteceu em 94 e preencheu 1.484 vagas. O concurso teve suspensa sua prorrogação de dois anos, além dos dois de validade. "Deveria valer até 1998, mas teve suspensa a prorrogação", disse.

Cândido justificou a não realização de concurso para adequação à determinação legal pelo atual governo na situação financeira do Estado em 1999. "Para realizar o concurso teríamos que demitir 1.740



Secretário Cândido e deputado Blasi

funcionários, pagando os três salários atrasados, além das indenizações que constam da CLT. Não havia disponibilidade orçamentária para pagar as rescisões e em seguida veio a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), impondo mais restrições". Tanto Blasi quanto o deputado

Afrânio Boppé (PT) refutaram as justificativas da LRF e da precária condição financeira dos cofres estaduais. "Se o governo vinha depositando o FGTS como garante, havia apenas os 13º proporcionais, salário e férias", rebateu Boppé.

Concurso

No atual governo foram feitos mais 342 novos contratos, através de duas leis aprovadas pela Assembleia, para atender às necessidades do Hospital Hans Dieter Schmidt e da Maternidade Darcy Vargas, devolvidos pela administração de Joinville ao Estado em 99, além dos novas unidades instaladas dentro do SUS. No final de 2001, prestes a vencer o prazo dos contratos previstos pela lei e sem que o governo tivesse realizado concurso, a polêmica se instaurou na Assembleia e o caso acabou sendo incorporado às investigações da CPI através de solicitação da deputada Ideli Salvatti (PT).

No começo deste ano, a secretaria lançou edital para preenchimento de todas as vagas hoje ocupadas por contratados temporariamente, a maior parte médicos, técnicos de enfermagem e enfermeiros. As provas acontecem no próximo dia 28 e já há 25 mil pessoas inscritas.

CPI do Roubo de Cargas define cronograma

Na reunião semanal da CPI do Roubo de Cargas e Desmanche de Veículos, presidida pelo deputado Manoel Mota (PMDB), foi decidido o cronograma de atividades a serem desenvolvidas até 18 de junho, quando se encerrará o prazo das investigações.

Uma das novidades nesta CPI será a presença de mais dois relatores-adjuntos. O deputado petista José Paulo Serafim será sub-relator do desmanche de veículos, já o deputado Jaime Duarte (PPS) exercerá a mesma função no roubo de cargas. Como relator-adjunto, de ambos assuntos, foi escolhido o deputado Jaime Mantelli (PDT).

Calendário de Atividades

- 09/04 – Depoimento do Secretário de Segurança Pública
- 16/04 – Depoimento do Procurador Geral da Justiça
- 23/04 – Depoimento do Superintendente Regional da Polícia Federal
- 30/04 – Depoimento do Comandante da Polícia Militar
- 07/05 – Depoimento do Superintendente da Polícia Rodoviária Federal
- 14/05 – Deliberativa para a revisão do plano de trabalho
- 21/05 a 11/06 – Depoimentos e deliberações
- 18/06 – Deliberação e relatório final

Agostini agiliza estrutura

Instalação imediata de disque-denúncia e designação de equipe técnica composta por um procurador, uma assessora e um grupo taquigráfico da Casa foram as providências administrativas determinadas pelo presidente da Assembleia, deputado Onofre Agostini (PFL), para atender as solicitações dos parlamentares integrantes da comissão.

Agostini recomendou a CPI a presença de representantes da OAB, da Federação dos Transportes de Cargas e das Polícias Civil, Militar e Federal.

PLENÁRIO

Pardais serão desativados nas rodovias catarinenses

Na última semana os parlamentares apreciaram um grande número de vetos governamentais. Entre os cinco rejeitados está o projeto do deputado Paulo Bornhausen (PFL) que trata da instalação de controladores de velocidade ou lombadas eletrônicas nas rodovias do Estado em substituição aos radares existentes, conhecidos como pardais.

O projeto prevê que o equipamento seja instalado em local fixo, não sendo permitida a troca de lugar. Em caso de velocidade acima do permitido, o motorista será comunicado da sua infração através de avisos sonoro e luminoso.

Portadores de diabetes – Derrubado o veto ao projeto do deputado Volnei Morastoni (PT) que estabelece uma política de prevenção e atenção integral à saúde da pessoa portadora de diabetes. O projeto prevê o direito à medicação e aos instrumentos e materiais de autoaplicação e autocontrole, visando à maior autonomia possível do usuário. As

direções do SUS, estadual e municipal, garantirão o fornecimento universal de medicamentos (principalmente insulina), insumos, materiais, além de outros procedimentos necessários à atenção integral ao portador.

Considerado um dos maiores problemas de saúde no Brasil, o diabetes atinge hoje cinco milhões de pessoas no país e em Santa Catarina a doença ataca 10% da população.

Valor Adicionado – Rejeitado veto ao projeto do deputado Afrânio Boppré (PT) que ajuda as prefeituras na busca por verbas estaduais originadas da distribuição do ICMS. A proposta assegura aos prefeitos e associações de municípios livre acesso às informações ligadas a distribuições de verbas, garantindo aos envolvidos o direito ao conhecimento do indeferimento parcial ou total do pedido, em tempo hábil, para preparar o recurso.

Lei Complementar 63/90 (federal) diz que os prefeitos municipais e associações de municípios terão livre acesso às informações e documentos utilizados pelos estados no cálculo do Valor Adicionado, sendo vetado a estes omitir quais-

quer dados ou critérios, ou dificultar ou impedir aqueles no acompanhamento dos cálculos. Com o projeto, ressalta Boppré, haverá a democratização nesse processo, em todas suas fases, “para que os municípios não sejam alijados de um direito previsto na legislação”.

Certidões negativas de débito – Derrubado veto ao projeto do deputado Ivan Ranzolin (PPB) que dispõe sobre o prazo mínimo de validade das certidões negativas de débito emitidas pelos órgãos estaduais da administração direta, indireta, autárquica, fundacional, de empresas públicas, ou de economia mista. As certidões terão prazo de validade de 90 dias no mínimo, contados da data da expedição do documento.

Alteração na Lei do ICMS – Rejeitado veto ao projeto do deputado Herneus de Nadal (PMDB) que muda a lei do ICMS. A alteração reduz a multa aplicada pela falta de instalação e utilização de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, de 1.000 UFIRs a cada mês, durante o período que durar a situação irregular, para R\$ 1 mil, independente do tempo que persista a irregularidade.

Vetos mantidos

- Aos projetos de lei do deputado Volnei Morastoni (PT) que autorizavam o Executivo a criar assistência homeopática e acupuntura nas unidades ambulatoriais e hospitalares do Estado

- Ao projeto do deputado Ivo Konell (PMDB) que determinava a realização gratuita de exames para diagnóstico de catarata em recém-nascidos nos hospitais e maternidades públicos e nos particulares subvencionados pelo Estado ou pelo SUS.

- Ao projeto do deputado José Paulo Serafim (PT) que instituía o licenciamento ambiental das antenas de telecomunicações com estrutura em torre ou similar.

- Ao projeto do deputado Volnei Morastoni (PT) que declarava como *Área de Preservação Ambiental*, de acordo com leis federal e estadual, uma área florestada compreendida entre a zona urbana de Itajaí e de Balneário

Camboriú, limitada entre a rodovia BR-101 e o Oceano Atlântico.

- Ao projeto do deputado Gelson Sorgato (PMDB) que autorizava o Executivo a destinar os veículos apreendidos pelo órgão de trânsito e não reclamados a entidades que desenvolvam programa de educação de trânsito.

- Ao projeto do deputado Ronaldo Benedet (PMDB) que autorizava o Executivo a criar o *Programa de Incentivo à Apicultura* (Promel).

- Ao projeto do deputado José Paulo Serafim (PT) que tratava sobre a obrigatoriedade de instalação de válvulas de segurança de alívio de fluxo nos recipientes destinados à armazenagem de gás liquefeito de petróleo.

- Ao projeto governamental que dispõe sobre estadualização de trecho da rodovia *Anel da Maçã*, que parte de São Joaquim cruzando a estrada municipal que se destina à localidade de Dispraiado, passando por Invernadinha até a Vila

Boava e desta até encontrar-se com a SC-430, totalizando 16 kms.

- Ao projeto do deputado Herneus de Nadal (PMDB) que tratava sobre a pesca, estabelecia medidas de proteção e reprodução ictológica.

- Ao projeto governamental, aprovado com substitutivo global parlamentar, que autorizava a doação de imóvel pelo Executivo à Universidade do Contestado, em Porto União, e de liquidação de débito do Estado de Santa Catarina para o referido estabelecimento de ensino superior, à conta do art.170 da Carta Estadual.

- Mantido veto parcial ao projeto de lei complementar que dispõe sobre o controle dos serviços jurídicos das entidades da administração indireta. Os dispositivos vetados tratam da criação do regime de dedicação exclusiva para procuradores do Estado, com adicional estipendiário denominado ‘DE’ aos que por ele optarem, e da isonomia entre todos os cargos de procuradores no Estado.

PLENÁRIO

Secretários reassumem cadeiras no Legislativo

Candidatos a vagas na Câmara dos Deputados e à reeleição no Legislativo catarinense, parlamentares eleitos em 98, que integravam o governo estadual, começaram a retomar suas cadeiras em decorrência da legislação eleitoral que determina a desincompatibilização dos cargos públicos até o dia 5 de abril.

O primeiro a reassumir foi o deputado Odacir Zonta (PPB), secretário da Agricultura durante os últimos três anos, deixando a casa



Deputado Zonta

o suplente Altair Guidi (PPB). “Quero manifestar minha alegria ao retornar a esta Casa”, disse em sua primeira manifestação em plenário.

Na próxima semana as mudanças acontecem na bancada do PFL, com o retorno do atual secretário de Desenvolvimento

Urbano e Meio Ambiente, João Magagnan, que assume a cadeira atualmente ocupada pelo suplente Antônio Aguiar. No começo de maio, segundo o líder da bancada liberal, deputado Julio Garcia, será a vez do suplente de deputado e atual secretário do Desenvolvimento Econômico e do Mercosul, Antônio Ceron, voltar ao Legislativo. Isto porque o deputado Paulo Bornhausen deve oficializar seu pedido de licença.

Fornecedor e consumidor

Aprovado o projeto do deputado João Henrique Blasi (PMDB) que dispõe sobre obrigações do fornecedor que, indevidamente, remeter o consumidor a protesto em cartório. O fornecedor deverá providenciar o cancelamento do protesto e enviar cópia do protocolo ao consumidor protestado. Prevê também que após cinco dias úteis do pedido de cancelamento, o fornecedor deverá retirá-lo do tabelionato de protesto de títulos e enviar, no mesmo dia, através de carta registrada, a via original da certidão de cancelamento ao consumidor indevidamente protestado. As despesas do processo correrão por conta do fornecedor.

Instituído o Dia de Oração pela Paz

Foi instituído por proposição da deputada Odete de Jesus (PL) o *Dia Estadual de Oração pela Paz*, a ser comemorado em 25 de outubro. A autora justifica o projeto ressaltando que esta prática da oração pela paz é milenar e mundial e tem acompanhado a existência humana através dos tempos. Observa que a data será voltada à reflexão e a orações pela paz, frisando que com a adoção dessa medida o Estado estará cumprindo a sua função social.

Restrições às contas do governo de 2000

As contas do governo Amin, referentes ao ano de 2000, foram aprovadas nessa terça-feira (2) com 12 restrições. Segundo o relator da matéria, deputado Jaime Mantelli (PDT), sete delas referem-se ao Fundef. Dentre es-

sas irregularidades está a utilização dos recursos desse fundo para outras áreas, como o pagamento de aposentados. Outro fato é que o governo não aplicou os valores devidos em bolsas de estudo. De acordo com o artigo 170 da Constituição Estadual, o Executivo deve aplicar 5% dos 25% a serem gastos com a educação em bolsas de estudo para as fundações universitárias. “Houve também desvio de finalidade da aplicação de recursos de fundos, como por exemplo a aplicação de valores de um determinado programa em outro.”

Mantelli ressaltou que “essas restrições podem trazer problemas futuros ao governo por não ter determinação para corrigir vícios históricos na aplicação de recursos públicos”.

Autorizada a convalidação de Juizado

Aprovado projeto de lei complementar, procedente do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a convalidação da criação do *Juizado Especial Criminal da Comarca da Capital*. Como consequência da convalidação, em relação ao Juizado Especial Cível da Comarca da Capital, ficam criados dois cargos de juiz de direito de entrância especial, dois cargos de escrivão judicial, que desempenharão as funções de secretários dos respectivos juizados; seis cargos de técnico judiciário auxiliar e dois cargos de oficial de justiça. De acordo com o artigo 3º, fica criado no Juizado Especial do Continente o cargo de escrivão judicial, que desempenhará as funções de secretário.

Honraria a catarinenses

Foi aprovado projeto do deputado João Henrique Blasi (PMDB) concedendo honraria ao ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado, João Ramos Schaefer. “Sua devoção à causa da Justiça e sua considerável produção intelectual constituem qualidades de sua marcante personalidade e o fazem merecedor do reconhecimento da sociedade catarinense”, justifica.

Seu Arante - De autoria do deputado Afrânio Boppé (PT) será concedida honraria ao cidadão catarinense Arante Monteiro, por constituir-se na expressão da memória viva da cultura açoriana em Santa Catarina.

Veículos para deficientes

O deputado Francisco de Assis (PT) é o autor de projeto, aprovado, que obriga as auto-escolas ou Centros de Formação de Condutores a adaptar os veículos aos aprendizes portadores de deficiência física. Estão isentas dessa adaptação as auto-escolas

que tiverem menos de cinco veículos, mas no município onde estiver instalada deverá haver pelos menos um veículo adaptado para uso comum. As que tiverem mais de cinco ficam obrigadas a possuir no mínimo um veículo com as adaptações necessárias.

Idosos terão prioridade na tramitação de processos

Agora as pessoas com mais de 65 anos têm prioridade de tramitação nos processos jurídicos e de procedimentos administrativos. O projeto é de autoria do deputado Nelson Goetten (PPB) e busca assegurar e viabilizar o direito dos idosos.

Para a obtenção desse benefício o interessado, juntando a prova da sua idade, deverá requerê-lo à autoridade da administração direta ou indireta. A proposta prevê ainda que a concessão da prioridade não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge, companheiro ou companheira.

Contratação na Cidasc

Aprovado projeto governamental concedendo autorização para contratação de pessoal, por prazo indeterminado, no âmbito da Cidasc, num total de 115 car-

gos de auxiliar técnico para atuar nas barreiras sanitárias instaladas em Santa Catarina. Os contratos terão o prazo de validade de um ano, prorrogável por mais um.

Devolução do IPVA

O deputado Altair Guidi (PPB) pediu ao governador que realize estudos para viabilizar a devolução proporcional do IPVA aos proprietários de veículos automotores em caso de furto ou roubo. Guidi argumenta que o Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor devido anualmente tem como fato gerador a propriedade plena ou não do veículo. "Atualmente o Estado não devolve o imposto pago pelo proprietário em caso de perda do carro. O furto ou roubo interrompe a posse direta do proprietário e, nesse caso, é justo que haja a devolução proporcional do imposto pago no exercício. Medida como a que estamos sugerindo já vem sendo adotada pelo Paraná".

Aposentadoria de mineiros

Requerimento do deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao ministro da Previdência Social solicita medidas para anular o movimento que tenta extinguir a aposentadoria especial, aos 15 anos de serviço, dos mineiros que trabalham em subsolo, em situação de risco de vida, ambiente escuro, úmido, confinado e depressivo. "O pleito é justo devido ao somatório de outras condicionantes que expõem os mineiros a situações insalubres, como a presença do gás metano (CH₄), explosivos e risco de desabamentos".

Proposições

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao secretário dos Transportes e Obras pedindo a pavimentação asfáltica na rodovia SC-445 em Siderópolis até a entrada da SC-446, em Caeté, Urussanga.

Deputado Reno Caramori (PPB) aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Caçador, Campos Novos, Macieira e São Cristóvão do Sul, cumprimentando-os pela passagem do aniversário dos municípios.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) à secretária de Educação solicitando informações sobre o serviço de transporte escolar do ensino médio, os valores disponibilizados ano passado e municípios contemplados.

Deputado Antônio Aguiar (PFL) ao secretário do Meio Ambiente solicitando a construção de um trapiche na Barra do rio Acaraí, na praia de Enseada, em São Francisco do Sul.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) às autoridades de Capivari de Baixo e Sangão parabenizando-as pelos aniversários de fundação dos municípios.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao governador pedindo a elaboração de projeto de engenharia e a pavimentação asfáltica da estrada que liga Taió a Mirim Doce.

Deputada Ideli Salvatti (PT) ao governador e aos presidentes da Celesc, Casan e Badesc indagando se aqueles órgãos repassaram recursos financeiros à Orquestra Sinfônica de Santa Catarina (Ossa) no período de 2000 a 2001.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao secretário dos Transportes e Obras solicitando a construção de uma passarela nas imediações da Faculdade Metropolitana de Guarimirim.

Deputado Afonso Spaniol (PPB) ao presidente do Consórcio da Hidrelétrica Foz do Chapecó solicitando a inclusão da construção da SC-484, que dá acesso a Paial/Água Amarela/Chapecó, no projeto da barragem do rio Irani.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) à Telesc Brasil Telecom solicita a implantação de linhas telefônicas nas localidades de Valada Mosquitinho, Alto Mosquitinho, Areado Baixo e Areado de Cima, em Agronômica.

Deputado Afrânio Boppré (PT) ao presidente da Cidasc solicitando perfuração de um poço artesiano na localidade de São Francisco, em Ipuçu.

Deputado Nilson Gonçalves (PSDB) ao governador indagando sobre as condições de água tratada e filtrada distribuída à população de Joinville pela Casan.

Deputado Odacir Zonta (PPB) às autoridades de Seara cumprimentando-os pelo transcurso do aniversário do município.

Deputado Narcizo Parisotto (PTB) aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Ipumirim, Galvão, São Domingos e Camboriú, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

Deputado Julio Garcia (PFL) às autoridades de Araranguá cumprimentando-as pela passagem do aniversário do município.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) às comunidades de Vargeão, Santiago do Sul e Seara cumprimentando pela passagem dos aniversários de emancipação político-administrativa.

Deputado Francisco de Assis (PT) ao presidente da República pedindo a realização de concurso público para aumentar a estrutura funcional da Previdência Social.

Deputado Antônio Aguiar (PFL) ao secretário da Saúde pedindo a regionalização do Hospital Santa Cruz, em Canoinhas.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) ao governador e ao secretário dos Transportes solicitando a pavimentação asfáltica da rodovia SC-469 e a recuperação das estradas que ligam Nova Erechim a Águas Frias e Modelo a Sul Brasil.

GERAL

Assembléia comemora o *Dia Mundial da Saúde*

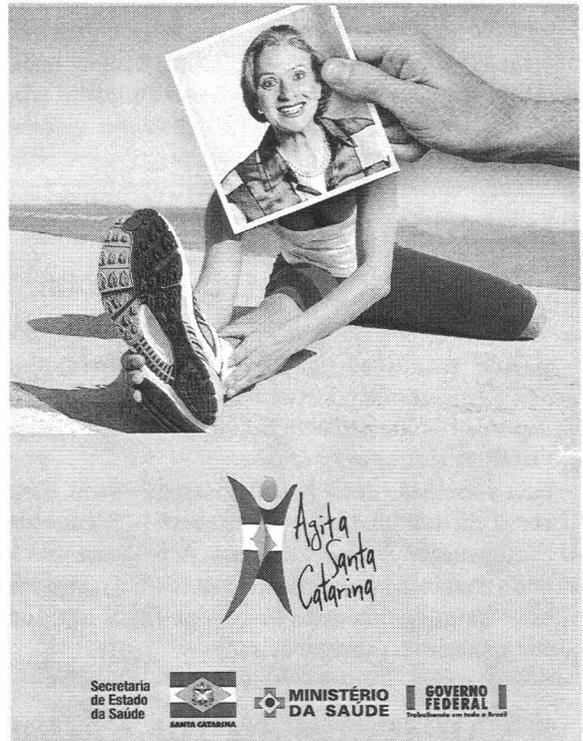
Como parte das comemorações do *Dia Mundial da Saúde*, que ocorre no próximo dia sete de abril, a Assembléia realizou nessa quarta-feira (3) uma palestra motivacional, promovida pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente, sobre a importância da atividade física para a saúde e o bem estar. O evento, batizado de *Agita Santa Catarina*, contou com as presenças do presidente da comissão, deputado Volnei Morastoni (PT), o secretário de Saúde, João José Cândido, o gerente estratégico da secretaria, Paulo Orcini, e dos deputados Francisco de Assis (PT), Antônio Aguiar (PFL), Ivo Konell (PMDB), Ronaldo Benedet (PMDB) e Ideli Salvatti (PT).

A sessão foi aberta pelo presidente da casa, Onofre Agostini (PFL), que destacou a importância da atividade física e como o poder público pode dar o alerta para que a população passe a se exercitar.

Morastoni deu continuidade a sessão

lembrando que o tema serviria de alerta não apenas à população, como também aos membros da AL, sendo deputados ou funcionários, que por falta de tempo muitas vezes não se exercitam de maneira adequada.

De acordo com Cândido, 34% dos casos de infarto atendidos na rede pública se deve à falta de exercícios físicos. Segundo Orcini, a intenção da campanha *Agita Santa Catarina* é fazer a sociedade entender os benefícios que as atividades físicas proporcionam, como resistência pulmonar, consistência da estrutura óssea, prevenção do câncer de útero e de mama, além de diminuir o risco de osteoporose.



Marketing político

Jornalistas, cientistas políticos e lideranças partidárias debatem o marketing político para as eleições deste ano, nos dias 11 e 12 de abril, na AL. Organizado por mestrandos e doutorandos da UFSC, com apoio da Escola do Legislativo, o *Congresso sobre Marketing Político para as Eleições de 2002 no Brasil* vai analisar o papel da mídia e seus desafios na relação com o eleitor, a conjuntura política nacional, a tecnologia como vetor para o sucesso eleitoral, partidos e marketing, as pesquisas eleitorais, entre outros.

Maiores informações e inscrições – que se encerram no dia 10 – através dos telefones (48) 231-4409 ou 9992-3035, ou pela Internet, no site www.feesc.org.br (clique em eventos).

Agenda

Dia 8, às 14 horas – Reunião da CPI do Leite para ouvir depoimento de técnicos da Epagri de Chapecó sobre qualidade do leite catarinense

Local: Sala das Comissões

Dia 8, às 15 horas – Reunião administrativa da CPI dos Contratos

Local: Sala das Comissões

Dia 9, às 17 horas – Reunião da CPI do Roubo de Cargas com o depoimento do secretário da Segurança Pública

Local: Sala das Comissões

Dia 9, às 19 horas – Retratos de Santa Catarina – Palhoça

Local: Hall da Alesec

Dia 11, às 14h30min. – Abertura do 1º Congresso sobre Marketing Político para as Eleições 2002 no Brasil

Local: Plenário

Dia 12, manhã e tarde – Prosseguimento do 1º Congresso sobre Marketing

Faculdades particulares questionam o artigo 170 da Constituição

Representantes de várias instituições privadas de ensino Restiveram reunidos na tarde dessa quarta-feira (3) com a Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo deputado Nelson Goetten (PPB). Em pauta a discussão sobre a falta de acesso dos alunos dessas instituições aos benefícios do artigo 170 da Constituição Estadual, que garante assistência financeira aos estudantes matriculados nas instituições de ensino legalmente habilitadas no Estado.

A lei determina que a partir de 2002 90% dos recursos serão destinados aos alunos das fundações educacionais e 10% para crédito educativo das instituições privadas. Estas instituições sentem-se prejudicadas pela lei, alegando que enquanto os estudantes carentes das fundações educacionais ficam com a maior fatia dos recursos repassados, os alunos das faculdades particulares não recebem auxílio financeiro para pagar as mensalidades, apenas crédito educativo, o pagamento das despesas, acrescido de juros, após o término do curso.

As instituições particulares vão apresentar à comissão planilhas de custos (encargos, hora-aula, impostos) e os valores das mensalidades para que seja feito um comparativo com as fundações. As faculdades particulares alegam que em muitos casos cobram mensalidades mais baratas que as fundações. “Somente depois desse levantamento é que o assunto será aprofundado e se ocorrerão mudanças na Lei”, afirmou Goetten.